

ESTUDOS GLQ – GAY, LÉSBICOS E QUEER EM PORTUGAL

ANTÓNIO FERNANDO CASCAISⁱ

Instituto de Comunicação da NOVA (ICNOVA)

RESUMO

A área dos Estudos Gay, Lésbicos e Queer é formalmente inexistente nas Instituições de Ensino Superior (IES) portuguesas. O seu reconhecimento e aceitação encontra-se ainda na fase “ativista” e enfrenta fortes incompreensões nos planos institucional e epistémico, contrariando o aumento de autores que a ela se dedicam, com um crescimento exponencial do número de publicações, de teses de mestrado e de doutoramento e da procura discente de conteúdos e temas na oferta letiva existente, nomeadamente na formação pós-graduada em Estudos Sobre as Mulheres, de Género e Feministas a que os EGLQ se encontram invariavelmente associados.

PALAVRAS-CHAVE: estudos, gay, lésbicos, queer, Portugal

ABSTRACT

GLQ – GAY, LESBIAN AND QUEER STUDIES IN PORTUGAL

The field of Gay, Lesbian and Queer Studies (GLQS) is formally non-existent in the Portuguese Higher Education System. Its acceptance and

ⁱ fcc@fcsh.unl.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9920-9565>.

recognition is still in its “activist” stage and is faced by strong misunderstandings both at the institutional and epistemic level, countering the growth in the number of authors that engage in it, with an exponential increase in the number of publications, master’s and doctorate theses and the students demand in what concerns curricula at the level of postgraduate training, namely in the area of Women’s, Gender and Feminist Studies, with which they are invariably associated.

KEYWORDS: studies, gay, lesbian, queer, Portugal

RESUMÉ

ÉTUDES GLQ – GAIES, LESBIENNES, QUEER AU PORTUGAL

Le domaine des Études Gaies, Lesbiennes et Queer (EGLQ) reste formellement inexistant dans les Établissements d’Enseignement Supérieur portugais. Leurs reconnaissance et acceptation se trouvent encore au stade «activiste» et se heurtent à de fortes incompréhensions sur les plans institutionnel et épistémique, contrariant ainsi l’augmentation des auteurs qui s’y consacrent, avec une croissance exponentielle du nombre de publications, de thèses de master et de doctorat, et la demande des étudiants pour des contenus et des thèmes dans l’offre pédagogique existante, notamment dans la formation postuniversitaire en Études sur les Femmes, de Genre et Féministes auxquelles les EGLQ se trouvent invariablement associées.

MOTS-CLÉS: études, gaies, lesbiennes, queer, Portugal

A área dos estudos que, bem ou mal, no mundo da cultura académica anglófona, se convencionaram chamar GLQ – Gay, Lésbicos e Queer, forma-se na sequência das progressivas transformações no campo originário das Humanidades, das Letras e das Ciências Sociais e Humanas, que começaram por abrir caminho a um gradual acolhimento, nas Instituições de Ensino Superior (IES), de áreas como os Estudos Artísticos (incluindo cinema e teatro) e os Estudos dos *Media* e da Comunicação; posteriormente, assistiu-se à emergência, em paralelo, dos Estudos Culturais, dos Estudos sobre as Mulheres, Feministas e de Género e, enfim, dos

Estudos GLQ. Essas transformações têm os seus limites e confrontam-se com inúmeras resistências, pelo que isto de modo algum significa que qualquer destes últimos não enfrente considerável incompreensão, senão declarada hostilidade, por parte daquelas áreas disciplinares que, em larga medida, já se encontram instaladas na estrutura universitária, enquanto estes se encontram ainda muito longe de o estar.

A análise da integração académica (cursos, *curricula*) dos Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas (EMGF) – que surgiram internacionalmente nos anos 1980, ao mesmo tempo que os Estudos GLQ (EGLQ), e no nosso país apenas quando iam bem entrados os anos 2000 – já foi empreendida no caso português (Lopes, Santos, Ferreira, 2024), e as conclusões que foi possível retirar são inteiramente aplicáveis aos EGLQ nacionais, que, quando existem, se encontram invariavelmente associados àqueles, tal como se encontram os estudos sobre as masculinidades ou sobre as sexualidades e as transexualidades.

A pesquisa das investigadoras Fátima Lopes, Caynnã Santos e Virgínia Ferreira “revelou um quadro geral de integração dos EMGF nos currículos do ensino superior incipiente, refletindo um processo de institucionalização deste campo de estudos no nosso país que tem sido descrito como tardio, lento, precário, ambivalente, individualizado e/ou parcial”, podendo concluir-se que “o género não faz parte do conhecimento usualmente proposto pelas instituições de ensino superior em Portugal” (Lopes, Santos, Ferreira, 2024: 64). Exatamente o mesmo se pode dizer dos EGLQ, integrados, como, se e quando estão, nos EMGF, como se verificou após consulta da oferta letiva e dos *curricula* das IES nacionais, dos respetivos repositórios de teses de 2.º e 3.º ciclos, e, bem assim, após um varrimento metódico da produção teórica (publicações, comunicações em congressos) dos autores agrupáveis sob os descriptores homossexualidade, bissexualidade, transsexualidade, gay, lésbico, queer, LGBTQIA+, lésbico-feminismo, transgénero, e os respetivos cruzamentos entre si e com outros descriptores como corpo, sexualidade, arte, feminismo, género e mulheres.

Nos estudos e relatórios a nível europeu, é costume delimitar em seis fases básicas o processo de institucionalização dos estudos EMGF, que se podem aplicar aos EGLQ: “fase ativista”, “fase de estabelecimento”, “fase de integração”, “fase de profissionalização”, “fase de disciplinarização” e

“fase de autonomia”. Na fase ativista, começam a ser oferecidos módulos individuais opcionais no quadro das disciplinas estabelecidas; na fase de estabelecimento, são introduzidos módulos genéricos e temáticos GLQ e criadas unidades interdisciplinares de ensino conjunto; na fase de integração, a sua oferta torna-se obrigatória no seio das disciplinas estabelecidas; a fase de profissionalização é a dos programas específicos GLQ conferentes de grau; a fase de disciplinarização é a da criação de departamentos ou centros de investigação dedicados e especializados em EGLQ; finalmente, na fase de autonomia, os EGLQ encontram-se equiparados a qualquer área disciplinar, com a mesma acreditação, financiamento e direitos de graduação. Deve dizer-se que este último e máximo nível de desenvolvimento constitui ainda uma raridade na academia norte-europeia e norte-americana e é totalmente inexistente fora desse restrito círculo, isto é, nos países da Europa do Sul (Espanha, França, Itália...) com que a realidade portuguesa é suscetível de alguma comparação.

Tal como ocorre com os EMGF, a situação dos EGLQ na estrutura curricular das IES é típica das fases “ativista” e de “estabelecimento”, as mais precoces da incorporação institucional do campo. Tal significa que a sua oferta letiva depende em exclusivo da iniciativa de algum docente ou investigador, por sua própria conta e risco, sem incentivo ou apoio institucional para além do acolhimento momentâneo, precário e circunstancial. Frequentemente, isto cria no público extra-académico, e bem assim nos estudantes candidatos à sua frequência, a equívoca percepção de que a sua simples existência exprime um reconhecimento institucional do docente ou do responsável ou uma política oficial de promoção da área, com o correspondente acesso a recursos e posições institucionais suscetíveis de serem mobilizados para reforçar a credibilidade dos esforços de institucionalização do campo, que são de facto inexistentes. A este nível micro dos fatores influentes – encorajadores ou bloqueadores – da institucionalização dos EGLQ, qualquer esforço individual encontra-se à partida comprometido, dado que o seu estatuto marginal e marginalizado não só não confere credibilidade aos seus proponentes, como é impeditivo de carreira na área, de resto formalmente inexistente, e descredibiliza quem tenha feito carreira meritória fora dela, pelo que não irá pôr em causa esse adquirido enveredando por ela. Ao nível macro dos fatores influenciadores, não

seria impeditivo o grau de autonomia das IES no desenvolvimento dos currículos, mas já o é de forma decisiva o baixo grau de flexibilidade das estruturas disciplinares/curriculares, assim como a (in)disponibilidade de financiamento público ou privado para a criação de cursos, centros, periódicos ou redes internacionais de EGLQ. Em contrapartida, a crescente procura por parte de estudantes de unidades curriculares ou programas de estudos de EGLQ é pura e simplesmente ignorada pelas IES, embora não seja nulo o nível de prioridade política conferido à promoção da igualdade de género, que depende da variabilidade ideológica das agendas governamentais. A situação dos EGLQ nas IES de modo algum reflete ou corresponde à proliferação exponencial de publicações científicas (livros, capítulos de livros, ensaios e artigos indexados), ao crescente número de autores na área, a teses de mestrado e de doutoramento realizadas com bolsas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ao aumento de projetos de I&D e ao valor global do respetivo financiamento e da divulgação e reconhecimento público dos resultados. Do mesmo modo, poderia pensar-se que o estádio “ativista” do desenvolvimento académico dos EGLQ seria potenciado pela estrutura e força dos movimentos sociais LGBTQI+, mas de maneira alguma é o caso em Portugal. Na verdade, é tensa e por vezes conflitual a relação entre a academia e o ativismo, refletindo a oposição entre, por um lado, o posicionamento conceitual e metodológico construcionista social prevalecente nos académicos EGLQ e, por outro, a vocação essencialista do ativismo, predominantemente orientado para o sucesso estratégico, como cedo fez notar Ana Maria Brandão (2009). Por parte das IES, os EGLQ são percebidos como uma politização indevida – ainda por cima enviesado por questões eminentemente “fraturantes” – que perverte a neutralidade, a objetividade e a imparcialidade da missão universitária. Neste aspeto, é vulgar afirmar que os EMGF são uma questão desprovida de universalidade, com um mero (des) valor biográfico para quem deles se ocupa, viciando as regras de funcionamento e o entendimento ético tácito das IES. Permanece atual o diagnóstico feito por Almeida, mesmo após se ter alterado o panorama descrito de falta de massa crítica na área: “a orientação sexual tem sido mantida afastada da academia portuguesa, nomeadamente no que diz respeito a cursos, departamentos e centros de investigação,

salvo raras exceções (...). É plausível que as instituições científicas e universitárias sejam avessas à aceitação da temática LGBT e Queer, ou que o receio afaste docentes e investigadores/as de implementarem cursos e projetos na área” (Almeida, 2010: 70). No tempo que medeia entre este correto diagnóstico e a realidade atual, alguma coisa principiou a mudar timidamente, sobretudo com a introdução de conteúdos GLQ na oferta letiva de alguns cursos de 2.º ciclo, em particular na área da Sociologia (ISCTE, Universidade da Beira Interior, Universidade do Minho, Universidade de Coimbra), no âmbito do “género”, dos “movimentos sociais”, do “corpo” e da “sexualidade”, o que é desejável, mas cuja ambivalência, neste preciso ponto de vista, corre o risco de diluir as especificidades e as singularidades dos conteúdos GLQ nos três primeiros e, no caso da última, de os reduzir a uma visão essencialista biopsicologizante ainda largamente prevalecente. O surgimento de cursos de Mestrado e de especializações em *Estudos sobre as Mulheres – Género, Cidadania e Desenvolvimento* (Universidade Aberta), *Estudos sobre as Mulheres: As Mulheres na Sociedade e na Cultura* (Universidade Nova de Lisboa), *Sociologia do Género e da Sexualidade* (Universidade do Minho), *Estudos Interdisciplinares de Género e Sexualidades* (ISCTE), *Doutoramento em Estudos Feministas* (Universidade de Coimbra) –, em *Estudos de Género* (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL/Faculdade de Direito da UNL) e bem assim o *Programa Doutoral em Sexualidade Humana* (Universidade do Porto) constitui um extraordinário avanço na inclusão das temáticas e das problemáticas GLQ, claramente assentes em epistemologias feministas e queer. Todavia apenas os cursos do ISCTE e da Universidade de Coimbra os mencionam explicitamente e o curso de ISCSP/ UNL/FD inclui um seminário opcional cujo intitulado mistura, a nosso ver muito precipitada e indevidamente, “Teorias feministas e de género, estudos LGBTIQ+ e movimentos sociais”. Essa inclusão não pode, porém, a nosso ver, e para salvaguarda da singularidade irredutível das “epistemopolíticas” queer, passar pelo filtro de uma destrinça lapidarmente enunciada no Axioma 2 da *Epistemologia do Armário*, de Eve Kosofsky Sdgwick: “Axioma 2: O estudo da sexualidade não é coextensivo ao estudo do género; concomitantemente, a pesquisa anti-homofóbica não é coextensiva à pesquisa feminista. Mas

pode-se saber antecipadamente em que é que irão diferir” (Sedgwick, 1991: 27). Por outro lado, a oferta letiva em género, mesmo em regime opcional, ao nível da formação pré-graduada em todos os cursos das áreas das Letras, Humanidades, Ciências Sociais e Humanas, bem como a abertura e a promoção de grupos, núcleos e linhas de investigação, e ainda a criação de projetos de investigação específicos em Centros de I&D (de que o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra constitui já caso exemplar, a ser emulado), constituem uma viragem promissora que bem poderia ser exponencialmente potenciada no âmbito da Fundação para a Ciência e a Tecnologia através da criação de concursos autónomos na área do género, efemeramente existentes e depois encerrados.

A academia, que justamente se preza de não ceder aos preconceitos populares, aos viéses obscurantistas e *partis pris* anticientíficos, patenteia consideráveis dificuldades no que toca à capacidade autorreflexiva de dar conta do facto de a análise crítica e o desenvolvimento conceitual no seio dos EGLQ ter extraordinários efeitos reprodutivos fora do seu estrito âmbito, com um grau muito elevado de aplicabilidade transdisciplinar, de fertilização cruzada e transversal, como assinala Miguel Vale de Almeida (2010: 70). Em contrapartida, ao fecharem-se a este adquirido, áreas disciplinares tão diversificadas como o Direito e as Ciências Jurídicas em geral, a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a História, a Literatura e as Artes, as Ciências da Comunicação e dos *Media*, as Ciências Sociais e Humanas e os Estudos Culturais, os Estudos Políticos e a Filosofia, fácil e frequentemente correm o risco de se ensimesmarem nas categorias que desde há décadas têm sido forjadas pela *scientia sexualis* médica, psiquiátrica, forense e bioantropológica da viragem do século XIX para o XX, que reproduzem inadvertida e inconscientemente, sobretudo quando sustentadas pelo muito assíduo equívoco de que os EGLQ se reduzem a uma efémera moda epistémica, insusceptível de *mainstreaming*. Não que as disciplinas clássicas não possam debruçar-se sobre os objetos e os temas, mas, sem as aquisições metodológicas dos EGLQ, revelam-se incapazes de dar conta da complexidade, verdadeiramente interdisciplinar e multidisciplinar destes. Este facto reflete-se dramaticamente na qualidade das teses de mestrado e doutoramento orientadas por pessoas das áreas

clássicas, as quais não estão familiarizadas com o adquirido conceitual e epistemológico dos EGLQ. No âmbito mais vasto dos saberes físico-naturais, os EGLQ desempenham, por exemplo, um papel análogo ao dos Estudos Feministas e Pós-Coloniais sobre a ciência, desfazendo o imenso lastro misógino, eurocêntrico, racista e colonialista herdado do positivismo científico. Como exemplo único, diremos que, ao abordarmos questões tão ético-politicamente candentes como a da liberdade morfológica, no caso da transsexualidade, os EGLQ disponibilizam instrumentos únicos para lançar luz sobre a tradicional oposição natureza-cultura e a sua superação por uma conceção pós-humanista e pós-instrumental da técnica, onde se impõe citar a referência doravante fundamental de Paul Preciado.

Profundamente devedores do *linguistic turn* e do *pragmatic turn*, os EGLQ têm em Michel Foucault a sua figura tutelar, mas nomes seus contemporâneos como os do italiano Mario Mieli e do francês Guy Hocquenghem estão a ser redescobertos. Epistemologicamente, são igualmente tidas por seminais as obras de Jacques Derrida e de Gilles Deleuze/Félix Guattari, nomeadamente na sua radical revisão da psicanálise lacaniana. Já no interior do campo, costumam juntar-se-lhes as referências norteadoras de autores como Monique Wittig, essencial no caso do lésbico-feminismo, Donna Haraway, no caso do ciberfeminismo, bem como Gayle Rubin, Adrienne Rich e Leo Bersani, para não entrarmos nos desenvolvimentos atuais dos EGLQ, onde um sem-número de nomes teria de ser listado. Por sua vez, o debate fundador que opõe construcionismo social e essencialismo (de matriz biologizante), e que culmina com o pós-moderno, reivindica a sua origem remota nas figuras contrapostas de Oscar Wilde e André Gide. Quanto ao termo *queer*, ele deve o seu emprego originário a Teresa de Lauretis, mas a formulação de uma teoria autointitulada *queer* encontra as suas pioneiras em Eve Kosofsky Sedgwick e Judith Butler.

No nosso país, podem indicar-se como referências originárias a obra coletiva *Indisciplinar a Teoria – Estudos Gays, Lésbicos e Queer* (Cascais, 2004) e o número 76 da *Revista Crítica de Ciências Sociais* – “*Estudos Queer: Identidades, contextos e ação coletiva*” (Santos, 2006). Uma linhagem de conferências públicas se sucedeu desde o pioneiro *Colóquio*

Internacional de Estudos GLQ – Culturas, Identidades, Visibilidades, (Lisboa, Instituto Franco-Português, 16-17 de setembro de 2005), em colaboração com o *Festival de Cinema Queer Lisboa*, até à Conferência *40 Anos da Despenalização da Homossexualidade – História LGBTI+ em Portugal* (ISCTE, 27-28 de Maio de 2022), passando pela série de conferências internacionais *Queering Luso-Afro-Brazilian Studies / Perspetivas Queer sobre os Estudos Luso-afro-brasileiros* (Universidade de Dalarna, Suécia, 2016; Universidade de Birmingham, 2017; FLUP, 2018; Universidade de Leeds, 2020; Sorbonne Université, 2024).

Aquele que pode ser considerado o primeiro balanço da implantação dos EGLQ é da autoria de Miguel Vale de Almeida (2010). Na obra de referência onde se inclui o capítulo deste autor, além do seu nome, do nome do autor do presente texto e dos organizadores desse volume (Conceição Nogueira e João Manuel Oliveira), apontavam-se como referências seminais da área dos EGLQ nacionais Nuno Carneiro, Ana Maria Brandão, Gabriela Moita, Octávio Gameiro, Ana Cristina Santos. Entretanto, o número de investigadores mais jovens tem aumentando exponencialmente, tal como o currículo de publicações, projetos de investigação, congressos, conferências e outras sessões públicas, académicas e extra-académicas, por parte de investigadores seniores. Acresce ainda a internacionalização, com os nomes mais proeminentes de Anna Klobucka, Paulo Pepe, Richard Cleminson e Fernando Curopos – e aqui reconhecemos a clamorosa injustiça das nossas numerosas omissões, que incluem a cada vez maior atenção que estes autores têm merecido por parte dos seus congéneres brasileiros, alguns a trabalhar nas IES portuguesas.

Tudo isto tendo vindo a constituir um muito apreciável caudal que reflete as vastas transformações operadas na sociedade portuguesa nos campos do ativismo queer, da visibilidade pública, da recuperação da história e da memória, da literatura e das artes, das transformações sociais e familiares, culturais, jurídicas e políticas, enfim, das múltiplas dimensões de um movimento social que bem se pode considerar ter sido e continuar a ser responsável por algumas das mais vastas e profundas mutações por que temos passado na nossa história recente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Miguel Vale de – O contexto LGBT em Portugal. In NOGUEIRA, Conceição; OLIVEIRA, João Manuel de (Orgs.) – *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010. ISBN 9789725973264. pp. 45-92.
- BRANDÃO, Ana Maria – Democracia, cidadania e direitos LGBT em Portugal: Algumas questões em aberto. Comunicação apresentada no Seminário “Para além do arco-íris: activismos LGBT e feminista nos 40 anos de Stonewall”. Coimbra: Instituto Português da Juventude, 20 de novembro de 2009.
- CASCAIS, António Fernando – O activismo e a queerização da academia. *LES Online*. Lisboa. ISSN 1647-3868. 4:1 (2012) 3-12.
- CASCAIS, António Fernando (Org.) – *Indisciplinar a teoria. Estudos gays, lésbicos e queer*. Lisboa: Fenda, 2004. ISBN 9789896030014.
- LOPES, Mónica; SANTOS, Caynnã; FERREIRA, Virgínia – Modalidades e graus de integração dos estudos sobre as mulheres, de género e feministas no ensino superior português: Uma análise sistemática dos currículos. *Faces de Eva – Estudos Sobre a Mulher*. Lisboa. ISSN 0874-6885. 50 (2024) 55-78.
- NOGUEIRA, Conceição; OLIVEIRA, João Manuel (Orgs.) – *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010. ISBN 9789725973264.
- SANTOS, Ana Cristina – Entre a academia e o activismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra. ISSN 0254-1106. 76 (2006) 91-108.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky – *Epistemology of the Closet*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1991. ISBN 9780520254060.